

PODER / Partido tem três ministros no governo, forte ala bolsonarista e, agora, dois presidenciaíveis. Para analistas, aumento de influência servirá para cacifar o apoio da sigla

PSD vitaminado de olho em 2026

» ISRAEL MEDEIROS

Quatro anos depois da fatídica derrota nas prévias do PSDB para o então governador de São Paulo, João Doria, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, tenta se vender como pré-candidato à Presidência da República pelo PSD, sigla à qual é recém-filiado. Diferentemente do PSDB, onde passou mais de 20 anos, Leite não é um “presenciável natural”, por assim dizer. É um político recém-chegado em um partido que, além de não ter histórico de lançar candidatos viáveis, compõe o que pode se chamar de “Centrão raiz”: faz acordos com quem quer que esteja no poder com o objetivo de se fortalecer e garantir a reeleição dos seus.

Esse foi um dos pontos citados por Aécio Neves, cacique do PSDB, quando publicou uma nota alfinetando Leite e o PSD pela união. “Sei que ele não é um político que consegue ser, ao mesmo tempo, de esquerda, de centro e de direita, como é o partido ao qual acaba de se filiar”, disse o ex-senador derrotado por Dilma Rousseff (PT) na disputa pela Presidência em 2014.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** avaliam que, embora a estratégia do PSD seja a de se vender como um partido forte, com dois presidenciaíveis — Ratinho Júnior, governador do Paraná, já era ventilado como possível candidato desde seu primeiro mandato —, o histórico da sigla não mente: o aumento de influência deve servir apenas para vender mais caro o apoio a quem quer que se eleja em 2026.

Prova disso é que o partido é diverso a ponto de ter três ministros no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva e também uma ala bolsonarista. Em São Paulo, especificamente, o presidente da sigla, Gilberto Kassab, é secretário de Governo e Relações Institucionais do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), um dos principais nomes para suceder o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como candidato da direita ao Planalto. Desde que o PSD foi fundado por Gilberto Kassab, em 2011 (não se trata do mesmo partido pelo qual Juscelino Kubitschek foi eleito presidente, em 1955, já que a sigla foi extinta pela ditadura militar), o partido nunca lançou um candidato à Presidência da República.

Na quarta-feira passada, Kassab disse que a relação do partido com o governo Lula continua

Divulgação



Capital político: filiação de Leite “pode se converter em mais prefeitos e vereadores” no RS, diz especialista

a mesma e que não há discussões sobre ampliar o espaço da sigla na Esplanada. Afirmou, no entanto, que, embora o petista tenha a máquina na mão para lutar pela reeleição, os desgastes de um governo podem “gerar uma expectativa baixa de reeleição”. Evitou falar em apoiar outros candidatos que não Lula em 2026 porque, segundo ele, há aliados do governo no partido.

“A tendência do partido, qualquer grande partido, é sempre haver um esforço para que tenhamos candidato próprio. Felizmente temos um bom candidato, o Ratinho (Júnior, governador do Paraná), temos expectativa, caso se consolide a filiação do governador Eduardo Leite, e ele também ser um pré-candidato, é um desejo dele”, comentou Kassab, dois dias antes da filiação de Leite, que se disse pronto para “liderar o projeto” rumo a 2026.

“Agora me posiciono porque me sinto pronto para liderar o projeto. Ele (Gilberto Kassab) sabe dessa aspiração e desse desejo e sabe que do meu lado jamais será a qualquer custo. Neste momento, é menos sobre os nomes e mais sobre a discussão do projeto”, disse o governador no ato de filiação, na última sexta.

Kassab apontou, ainda, que no caso do governador Tarcísio de Freitas — a quem Eduardo Leite

já disse que poderia apoiar, a depender do cenário para o próximo ano —, o político é quem definirá seu futuro. Tarcísio tem boas chances de reeleição para o governo de São Paulo, e, embora seu nome apareça bem também para a disputa pelo Planalto, a presença de Lula e a indefinição na direita para o ano que vem podem prejudicá-lo. “O governador Tarcísio, todos sabem, ele definirá seu futuro. Governador de São Paulo, eu sempre digo que no que ele definir, estaremos ao seu lado”, pontuou.

Modus operandi

Para o professor de ciência política da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Eduardo Grin, há poucas chances de um candidato da terceira via se destacar em 2026. Ele explica que, embora exista uma diferença do cenário político das últimas eleições com Bolsonaro fora do páreo, os possíveis candidatos do campo da direita vão explorar o extremismo e alimentar a polarização.

No caso do PSD, isso se deve ao perfil da sigla, que sempre se definiu como “nem de direita, nem de esquerda, nem de centro”. A estratégia de apresentar Leite como presidencialável pode até ajudá-lo a garantir mais visibilidade, pensando em eleições

futuras, mas, na análise de Grin, é mais provável que o governador dispute uma vaga no Senado pelo Rio Grande do Sul.

“O PSD não é um partido que tem intenção de lançar um candidato a presidente. Ele visa obter mais deputados, senadores, governadores, deputados estaduais, vereadores, para crescer em capilaridade e fundo eleitoral, fortalecendo sua máquina de fazer política. É um partido que estará certamente no próximo governo, não importa quem seja. É isso que o Kassab quer. Se o Kassab tem candidato, ele vai ter que se posicionar (politicamente), algo que ele não quer”, diz Grin.

Para o presidente do PSD, no entanto, a chegada de Eduardo Leite é vantajosa porque amplia a influência da sigla no Rio Grande do Sul, onde o governador tem alianças com prefeitos e vereadores. Com o aumento de capilaridade na região Sul, o PSD tem condições de negociar melhores acordos políticos no ano que vem.

“Eduardo Leite é um quadro importante de um estado importante da Federação, o que pode se converter em mais prefeitos, vereadores. O partido cresce de tamanho e vai ser mais cobiçado ano que vem, que é o que o Kassab quer. Ele quer ser cortejado”, explica o cientista político.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Ramagem seguirá respondendo por 3 crimes, entre eles, golpe de Estado

como a busca pela Câmara, “esvaziaria uma das funções básicas do Estado de Direito” e privilegiaria a pessoa “sem resguardo da integridade do cargo público”.

Alexandre Ramagem participou do “núcleo crucial” da organização criminosa que, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), teria atuado para impedir o funcionamento das instituições democráticas.

Zambelli

Acompanhando o relator Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia também votou para condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pela invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A pena determinada é de 10 anos de prisão, além da perda do cargo de deputado. Já há maioria formada para a condenação.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Mercator, Rio Branco e a inutilidade do Mapa Múndi de Pochmann

Desde Ptolomeu (c. 100–170 d.C., Alexandria, Egito), a cartografia acompanha o processo civilizatório. Autor da monumental Geographia, o matemático e físico grego influenciou a cartografia europeia por séculos, ao introduzir as coordenadas de latitude e longitude, sobretudo o trabalho de Gerardus Mercator (1512–1594), matemático e geógrafo flamengo, cujo verdadeiro nome era Gerhard Kremer, que latinizou seu nome para Mercator (“comerciante”). Preso em 1544 por suspeita de heresia, por suas ideias luteranas, acabou libertado.

A Projeção de Mercator (1569) é cilíndrica e transforma a superfície curva da Terra em um mapa plano. Foi revolucionária para a navegação, porque permite traçar rotas com rumo constante (loxodromia) como linhas retas, embora distorça as áreas próximas aos polos, como a Groenlândia, por exemplo. Seu Atlas sive Cosmographicae Meditationes (1595) foi o primeiro a usar esse nome, em homenagem ao titã Atlas da mitologia grega. Essa projeção é utilizada até hoje em sistemas de navegação (como o GPS), ou seja, quando se pega um Uber ou se aluga um patinete.

Mercator está ao lado de outros grandes cartógrafos do Renascimento, como Abraham Ortelius (1527–1598), de Flandres, autor de Theatrum Orbis Terrarum (1570), considerado o primeiro atlas moderno; Martin Waldseemüller (1470–1520), da Alemanha, o primeiro a usar o nome América em um mapa (1507), em homenagem a Américo Vespúcio; e o português Diogo Ribeiro (c. 1480–1533), a serviço da Espanha, que fez o Padrón Real (1527), primeiro mapa-múndi a mostrar com precisão a América do Sul.

Ribeiro trabalhou na Casa de la Contratación, em Sevilha, a serviço da Coroa espanhola. Com as informações obtidas com as viagens de Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães, sua carta piloto orientou a navegação com notável precisão na costa atlântica da América do Sul, definiu a linha do Tratado de Tordesilhas e as rotas atlânticas usadas por portugueses e espanhóis.

Uma carta piloto apresenta dados médios mensais sobre ventos predominantes (direção e intensidade), correntes marítimas, temperatura da água e do ar, declinação magnética e probabilidade de ocorrência de calmarias ou tempestades. É usada para planejamento de rotas seguras e eficientes, navegação de longo curso e travessias oceânicas, estudos meteorológicos e oceanográficos. A Carta Piloto do Atlântico Sul, desde a Trinidad até o Rio da Prata (Carta Náutica 10004), da Marinha do Brasil, é excelente. A versão mais recente é de 2020.

Mundo de ponta cabeça

E o Barão de Rio Branco? José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845–1912) não era cartógrafo de formação, colecionava mapas antigos e novos, que utilizou em suas negociações de fronteiras com países vizinhos. Com eles, provou a posse e ocupação efetiva do território brasileiro, com base na hidrografia, na presença de aldeamentos e nas explorações portuguesas. A delimitação das fronteiras da Amazônia foi feita principalmente com base em cartas náuticas.

Os mapas de Rio Branco foram decisivos nas arbitragens internacionais para resolver a Questão de Palmas, com a Argentina (1895); do Acre, com a Bolívia e o Peru (1903); da fronteira com a Guiana Francesa (1900), quando Paranhos usou mapas portugueses dos séculos XVII e XVIII do rio Oiapoque; e da disputa com o Peru, no caso do Rio Javari (1909).

Qual a utilidade da nova versão do mapa-múndi lançada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com mundo de cabeça pra baixo e o Brasil no centro? A novidade foi anunciada pelo presidente do IBGE, Marcio Pochmann, nas redes sociais na última quarta-feira. “O IBGE lançou um novo mapa-múndi com o Brasil no centro, contendo o Sul na parte superior do mapa”, afirmou, todo orgulhoso, em publicação no X (antigo Twitter). Seu objetivo é ressaltar a liderança do Brasil em fóruns internacionais como no Brics e no Mercosul e na realização da COP30 no ano de 2025.”

O novo mapa não consta do planejamento do IBGE, que tem muito mais o que fazer. É um capricho pessoal, uma patriotada que expõe o Brasil ao ridículo, a pretexto de combater o eurocentrismo. Inverte a Projeção de Robinson, na qual os paralelos são representados em linha reta e os meridianos em forma de arcos concêntricos. Elaborado em 1961, pelo geógrafo norte-americano Arthur H. Robinson, com base em Mercator, esse mapa apresenta deformação mínima das áreas e das formas, conservando os ângulos. É a melhor projeção cartográfica para representar as massas continentais.

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o economista Marcio Pochmann assumiu o cargo de presidente do IBGE em julho de 2023. Sua passagem pela presidência do Instituto de Pesquisas Especiais Aplicadas (Ipea), entre 2007 e 2012, é considerada desastrosa, tanto quanto o papel que exerce agora, pelos técnicos dos dois órgãos.

Pochmann parece ter se inspirado em Nicolás Maduro, que anexou Essequibo (Guiana) ao mapa da Venezuela, e Donald Trump, que deseja incorporar o Canadá e a Groenlândia ao território dos Estados Unidos, para virar o mundo de cabeça para baixo numa folha de papel. Nosso problema não é mudar o Brasil de hemisfério ou de fuso horário, é tirar o país do atraso econômico, social e político, que contingência nossa vocação estratégica na geopolítica mundial.